

Inês de Castro e algumas apropriações e representações: de camões a nossos dias

Beatriz Teixeira Fiquer¹

Considerações iniciais

Neste capítulo, abordaremos especificamente a apropriação, de acordo com o conceito de Chartier (1988), buscando verificar como, a partir de Fernão Lopes, de Camões, em *Os Lusíadas*, e de José de Anchieta, no poema “A santa Inês”, os autores apropriam-se da história de Inês de Castro² e representam-na à época e contexto do qual fazem parte. Dessa história, merece destaque, aqui, a execução de Inês e as consequências desta - como a questão de Dom Pedro tê-la coroado como rainha depois de ter sido morta há muito tempo. Também relacionado a essa morte, comentaremos a respeito da expressão ainda utilizada em nossos dias por algumas pessoas: “Agora Inês é morta”.

1 Pós-doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP, autora de diversos textos e do livro *Decadência portuguesa em Os Lusíadas e a recepção contemporânea do épico camoniano*. Professora. Membro do grupo de pesquisa História das Ideias Linguísticas, coordenado pela professora Dra. Leonor Lopes Fávero. Contato: biafiquer@gmail.com

2 Optamos por usar a grafia atual, adotada pela maioria das obras aqui referenciadas

Ademais, Chartier (1988), ao discorrer sobre a apropriação como um dos seus recursos metodológicos para a Nova História Cultural, apresenta também, como um desses recursos, a representação, que, para a História das Ideias Linguísticas, possibilita compreender o funcionamento de uma sociedade, ou mesmo “definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo” (CHARTIER, 1988, p.23)

Partimos, então, de Fernão Lopes, que embora não tenha sido o único cronista do reino – tampouco o único a narrar os fatos ocorridos com o rei Dom Pedro I de Portugal – é o mais referenciado dessa época, valoroso e reconhecido por seus escritos. Em seguida, veremos como Camões e, posteriormente, José de Anchieta irão se apropriar dessa narrativa para representar suas realidades, seus momentos histórico-sociais uma vez que

No ponto de articulação entre o mundo e o texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria de leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 1988, p. 24).

Assim, a apropriação, na História das Ideias Linguísticas, “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” (CHARTIER, 1988, p. 26).

Entretanto, é necessário dizer também que:

A análise sociológica e histórica sobre a forma como Chartier construiu seus conceitos de representação, prática e apropriação, nos mostra que esse autor interiorizou de forma decisiva as noções de habitus e campo. Tanto do ponto de vista de elaboração dos conceitos, como para a construção da função e das condições de aplicabilidade dos mesmos enquanto instrumentos teórico-metodológicos de análise da história cultural. Neste contexto, o autor revelou-se consciente da não pretensão de fazer de tais esquemas, nem uma teoria acabada do conhecimento sobre tais conceitos, nem uma teoria histórica geral e universal de determinado sistema social. (PACHECO, 2005, p.5)

O apontado por Pacheco (2005) sobre as pretensões de Chartier, permitiu a este autor tecer a seguinte consideração: “as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes)” (CHARTIER, 1991, p.178). Ou seja, Camões, em sua epopeia, e

José de Anchieta, no poema aqui escolhido, são não só leitores e conhecedores da história de Inês de Castro, mas também aqueles que se apropriam do texto/contexto do outro para que, com uma ressignificação, construam o seu texto, que terá outros leitores – Os Lusíadas, por exemplo, é um livro que tem tiragem até os dias atuais e, portanto, leitores desde a sua primeira edição.

Dessa forma, considerando que a apropriação “visa a uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p.181) e que “voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido” (CHARTIER, 1991, p.181), passaremos a falar sobre a história de Inês de Castro.

1. A história de Inês de Castro por Fernão Lopes

Chamado de “pai da História Nacional” em Portugal, Fernão Lopes (1380? – 1460)³ foi escrivão e é considerado o maior cronista português, afinal registrou, por mais de 20 anos, a história de seu país, desde a primeira dinastia de Borgonha até a dinastia de Avis – reinado de D. João I.

Nada se sabe sobre sua formação, mas é conhecido o seu percurso profissional, que ganha destaque em 1418, quando foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, isto é, o responsável pelo arquivo Régio, em Lisboa, cargo de confiança da corte. Entre 1419 e 1433, foi secretário de D. João I, o primeiro rei da segunda dinastia real. Em “1454 foi reformado do cargo de guarda-mor do Tombo, devido à sua idade, segundo reza o documento respectivo. Ainda vivia em 1459.” (SARAIVA, 2001, p.121)

Dessa forma, Fernão Lopes foi aquele que teve a incumbência de registrar a história dos reis portugueses de outrora, chegando até nós:

Crônica de El-Rei D. Pedro, Crônica de El-Rei D. Fernando, Crônica de El-Rei D. João, 1ª parte (que trata do interregno entre a morte de D. Fernando e a eleição de D. João), Crônica de El-Rei D. João, 2ª parte

3 Consoante Saraiva (2001, p. 121), “Fernão Lopes deve ter nascido entre 1380 e 1390, visto que em 1418 já ocupava funções públicas de responsabilidade. Pertence, portanto, à geração seguinte àquela que se bateu no cerco de Lisboa e em Aljubarrota. A guerra com Castela só acabou em 1411. Fernão Lopes pôde ainda acompanhar a sua última fase, e conhecer pessoalmente alguns de seus protagonistas, como Dom João I, Nuno Álvares Pereira”

(que abrange o reinado de D. João I até à paz com Castela em 1411) e, ainda, provavelmente, inacabadas, as crônicas dos reis de Portugal, desde o governo de D. Henrique, até Dom Afonso IV, inclusive. (SARAIVA, 2001, p.122)

De seus textos, interessam-nos as passagens em que fala sobre Inês de Castro, como em *Crônica de El-Rei D. Pedro*, quando aponta, já no capítulo I, que esse rei:

não quiz casar: depois da morte de Dona Ignez, em sendo infante, nem depois que reinou, lhe prove receber mulher; mas houve amigas com que dormiu, e de nenhuma houve filhos, salvo de uma dona, natural de Galliza, que chamaram Dona Thereza, que pariu um filho que houve nome Dom João, que foi mestre de Aviz em Portugal e depois rei. (LOPES, 1895, p. 6)

Informação essa que retoma no Capítulo XIII :

Vós ouvistes, no primeiro capitulo d'esta historia, como depois da morte de Dona Ignez, ei-rei sendo infante, nunca mais quiz casar, nem depois que reinou quiz receber mulher, mas houve um filho de uma dona, a que chamaram Dom João. D'este moço deu el-rei cargo a Dom Nuno Freire, mestre de Christus, que o criava e tinha em seu poder, e que criando-o elle assim, sendo em idade até sete annos, veiu-se a finir o mestre de Aviz, Dom Martim do Avelal. (LOPES, 1895, p. 52).

Essa repetição dá-se em virtude do caráter histórico/documental dessas crônicas; retoma-se o já mencionado para que, capítulos depois, caso se tenha esquecido, não fique dúvida sobre o que, por que e como algo aconteceu. Daí a preocupação de Fernão Lopes em narrar devidamente, sem se preocupar com as retomadas, com repetições, ou seja, em capítulos depois, redigir, novamente e da mesma forma, algo como já o dissera anteriormente.

Ainda sobre Inês de Castro, nessa mesma crônica, o capítulo final é intitulado “Como foi trasladada Dona Ignez para o mosteiro de Alcobaça, e da morte d’el-rei Dom Pedro”, iniciado por Fernão Lopes (1895, p. 53-54) da seguinte forma:

Porque semelhante amor, qual el-rei Dom Pedro houve a Dona Ignez, raramente é achado em alguma pessoa, porém disseram os antigos que nenhum é tão verdadeiramente achado, como aquelle cuja morte não tira da memoria o grande espaço do tempo. E se algum disser que muitos foram já, que tanto e mais que elle amaram, (...) responde-se

que (...) falamos d'aquelles amores que se contam e lêem nas historias, que seu fundamento teem sobre verdade.

Esse verdadeiro amor houve el-rei Dom Pedro a Dona Ignez, como se d'ella namorou sendo casado e ainda infante, de guisa que, pero d'ella no começo perdesse vista e fala, sendo alongado, como ouvistes, que é o principal azo de se perder o amor, nunca cessava de lhe enviar recados, como em seu logar tendes ouvido. Quanto depois trabalhou pela haver, e o que fez por sua morte, e quaes justiças n'aquelles que em ella foram culpados, indo contra seu juramento, bem é testemunho do que nós dizemos.

Notamos, nesse fragmento, para além do relato histórico, a existência de um dos aspectos que fazem de textos dessa natureza, produções literárias: a maneira como Fernão Lopes redige a história de Dom Pedro e Dona Inês. O cronista eleva o amor dos dois, primeiramente dizendo ser um “verdadeiro achado” dentre as histórias de amor existentes, mesmo porque ele decorre de fatos, e não de pura e mera ficção. Isso corrobora a grandiosidade do sentimento e da história amorosa posta em destaque pelo cronista, sendo ainda esse sentimento intensificado pelo que diz em seguida, ou seja, nem a morte de Inês permitiu que o então rei português a esquecesse.

Além disso, no intuito de dar a devida proporção do que quer dizer ao leitor – almejando que este último compreenda e, por que não, sinta –, Fernão Lopes segue falando da paixão que arrebatou o casal, retomando o momento em que isso aconteceu: na ocasião, Dom Pedro era casado e “ainda infante”. Essa retomada de fatos parece servir de argumento ainda para a vingança que o então rei empreendeu contra os que contribuíram direta ou indiretamente para que Inês fosse encontrada, “capturada” e morta, em sua ausência.

São essas narrativas, ao modo de Fernão Lopes, que servirão de fonte para diversos escritores e historiadores quando necessitam de informações como a que buscamos sobre Inês de Castro.

2. Inês de Castro em Os Lusíadas

Conforme Figueiredo (1966, p. 160), os movimentos poéticos, novelescos e historiográficos anteriores a 1524 podem ser considerados “como uma preparação para o aparecimento de Camões, alma mais poderosamente assimiladora e criadora da Renascença portuguesa, e a mais sensível para se identificar com o

caráter nacional, com as glórias e com as dores da pátria”. As palavras do autor permitem que tenhamos o norte tomado por Camões, especificamente no que concerne ao seu poema épico *Os Lusíadas*, no qual narra os feitos gloriosos de seu povo, acrescido da história e também de outros problemas, até a decadência do império luso. Contudo, nessa obra, ele transforma a historiografia de outrora em um poema, uma narrativa épica literária que terá a mescla do real com a “ficção”, com a riqueza do imaginário, do fantasioso, do mítico, tão caros à literatura.

Embora saibamos que muitos autores tenham abordado, das mais diversas formas, o episódio de Inês de Castro, e também que

Os dados diegéticos provêm das crônicas que ao lande histórico se referem e já de algum modo efabulam em lenda lírica – *Crônica do Senhor Rei Dom Pedro*, de Fernão Lopes, *Crônica de El-Rei Dom Afonso IV*, de Rui de Pina, crônica *Manizola*, - e em especial, da crônica que terá utilizado Cristovão R. Acennheiro no século XV. Incerta é a medida em que Camões terá tido em conta os tratamentos literários que precederam *Os Lusíadas* (PEREIRA, 2011, p. 444)

O fato é que Camões se apropria da história de Inês no canto III, das estrofes 118 a 135, dando a carga poética e dramática que seu texto exige. Essa apropriação, portanto, é feita com o intuito de inserir, em sua epopeia, essa passagem histórica com a potencialidade lírica e trágica, necessária à construção de seu texto. O intuito camoniano é tecer sua narrativa “com engenho e arte”, numa mistura de ficção e fatos, como lemos nas estrofes 125 e 127⁴:

Para o Céu cristalino alevantando
Com lágrimas os olhos piedosos,
Os olhos, porque as mãos lhe estava atando
Um dos duros ministros rigorosos;
E depois nos meninos atentando,
Que tão queridos tinha, e tão mimosos,
Cuja orfandade como mãe temia,
Para o avô cruel assim dizia:

- Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito

⁴ Todas as estrofes aqui citadas de *Os Lusíadas* são da edição organizada por Emanuel Paulo Ramos, editora Porto, como consta nas referências bibliográficas

(Se de humano é matar uma donzela
Frac a sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la)
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha.

Ao que tudo indica, historicamente, Dom Afonso não estava presente na execução de Inês, tampouco seus filhos teriam presenciado a cena, mas Camões assim a constrói, aumentando a dramaticidade e despertando sentimentos vários no leitor.

Contudo, chamamos a atenção para duas outras estrofes. Primeiramente, a 118:

Passada esta tão próspera vitória,
Tornado Afonso à Lusitana Terra,
A se lograr da paz com tanta glória
Quanta soube ganhar na dura guerra,
O caso triste e dino da memória,
Que do sepulcro os homens desenterra,
Aconteceu da mísera e mesquinha
Que depois de ser morta foi Rainha.

O último verso, criado por Camões, fora assim construído, com tais palavras e com a inversão da ordem sintática, para ser um decassílabo e para que “Rainha” pudesse rimar com “mesquinha”, mantendo a oitava rima. Ou seja, Camões está unindo, mais uma vez, “engenho e arte” na construção de seu texto.

A outra estrofe é a 131:

Qual contra a linda moça Polycena,
Consolação extrema da mãe velha,
Porque a sombra de Aquiles a condena,
Còo ferro o duro Pirro se aparelha;
Mas ela os olhos com que o ar serena
(Bem como paciente e mansa ovelha)
Na mísera mãe postos, que endoudece,
Ao duro sacrifício se oferece:

Após associar de Inês a Polycena⁵, dando a entender que a primeira fora degolada como a segunda, do plano mitológico, Camões “salta” para a “fé Cristã”, associando a amada de Dom Pedro a uma figura mais divinizada, como a ovelha oferecida em sacrifício, e todo o significado que envolve a figura desse animal nos textos bíblicos. Importante lembrar que, ao lado da mitologia grega, em meio aos conflitos dos deuses do Olimpo e ao paganismo, o vate português coloca a fé cristã dada a época em que vive e, se não o tivesse feito, seria um bom motivo para a inquisição impedir que a epopeia fosse publicada.

Assim, mais que a figura do próprio príncipe e futuro rei, o episódio leva o nome daquela que “depois de morta foi Rainha”: é Inês que fica em evidência, que discursa em defesa própria, pois Camões está preocupado com a estruturação da narrativa:

Conhecendo bem a teoria poética (...) e dominando os recursos para harmoniosamente conciliar os seus ditames com os requisitos da sua individualidade criativa, Camões atuou ciente de que os episódios deviam fazer parte da diegese e contribuir para a coesão interna da narração (...) Mas foi também que a teoria clássica de que os episódios proporcionava a conjugação dessa unidade com a variedade que devia conferir ao poema a beleza e a eficiência formativa (...) que Camões constituiu os episódios em pilares de excelente arquitetura para o dispositivo do seu poema épico – que por seu turno resultou mais polimórfico e mais denso de humanidade (...); acresce que no caso particular d’*Os Lusíadas*, os episódios serviam para contrariar os riscos de entediante alongamento da crônica rimada de toda a história pátria... (PEREIRA, 2011, p. 446).

Com as palavras de Pereira, portanto, fica evidente que Camões se apropria da história de Inês para valorizar e construir devidamente o texto desejado: grandioso e reconhecido a seu término. Representa-a dando-lhe voz, uma vez que esse episódio

cuja própria organização, correndo embora o risco de pecar pela guinada construção e pelo excessivo engenho da protagonista, se configura pelas regras consignadas pela Poética clássica; e, ao mesmo tempo que traz

5 Polycena: Filha do rei Príamo, irmã de Heitor e Páris, por quem Aquiles se apaixonou durante a Guerra de Troia. Exatamente por conta da guerra, o casamento não aconteceu, Aquiles foi morto e, tempos depois, seu filho Pirro, assassinou Polycena sobre o túmulo do pai, cortando-lhe a cabeça

ao poema épico um lance com aquela vibração amorosa e dramática que marca a tradição poética nacional desde a época trovadoresca, dá vida a alto exemplo do virgiliano *omnia vincit amor* (CASTRO, 2007) (...) Aliás, (...) o episódio inesiano garante a sua coerência retórica, de que o uso inspirado de tópicos e alusões clássicas é um aspecto especial (...) ((PEREIRA, 2011, p. 446)

Temos então, até o momento, a narrativa historiográfica de Fernão Lopes a respeito de Inês de Castro, bem como a apropriação e a representação camoniana da história em seu poema épico, dando-lhe voz retórica e uma carga dramática – e até lírica – maior, no intuito de redigir devidamente, com a grandiosidade pretendida, a epopeia lusitana. Veremos agora aquela que é a primeira apropriação e representação dessa história no Brasil.

3. Poema “Santa Inês” de Padre Jose de Anchieta

O Padre José de Anchieta veio ao Brasil, em 1553, a fim de atuar, como jesuíta que era, na catequização dos índios. Para tal, estudou e redigiu *A Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*”, manuscrito entre 1553 e 1555, em São Paulo de Piratininga, além de peças de teatro e poemas que visavam sempre à catequização.

Dentre esses poemas, encontra-se “A Santa Inês”:

Cordeirinha linda,
como folga o povo
porque vossa vinda
lhe dá lume novo!

Cordeirinha santa,
de lesu querida,
vossa santa vinda
o diabo espanta.

Por isso vos canta,
com prazer, o povo,
porque vossa vinda
lhe dá lume novo.

Nossa culpa escura
 fugirá depressa,
 pois vossa cabeça
 vem com luz tão pura.

Vossa formosura
 honra é do povo,
 porque vossa vinda
 lhe dá lume novo.

Virginal cabeça
 póla fé cortada,
 com vossa chegada,
 já ninguém pereça.

Vinde mui depressa
 ajudar o povo,
 pois, com vossa vinda,
 lhe dais lume novo.

Vós sois, cordeirinha,
 de lesu formoso,
 mas o vosso esposo
 já vos fez rainha.

Também padeirinha
 sois de nosso povo,
 pois, como vossa vinda,
 lhe dais lume novo.

(ANCHIETA, 1977, p. 28-29)

Notamos, mais uma vez, a apropriação e representação que se faz de Inês de Castro. Aqui, numa estrutura simples, com versos em redondilha menor e com o único intuito de catequizar – daí a simplicidade dos versos e estrutura do poema -, agora Inês é representada como santa.

Tal como Camões o fizera em seu épico, Anchieta equipara a moça à ovelha, aquela que vem para salvar todo o povo, irradiada de luz, do fogo da vida.

Na quarta estrofe, é empregado o vocábulo “cabeça”, ou seja, inicia-se a referência à decapitação da amada de Dom Pedro, o que ficará mais evidente ainda em “Virginal cabeça / póla fé cortada”. Sabemos que não foi pela fé que Inês foi

executada, mas por outras questões, principalmente políticas, tais como herança de trono etc. Todavia, Anchieta apropria-se da decapitação, representando essa execução como uma questão de fé, bem como do verso camoniano, aquela “que depois de morta foi Rainha”. No entanto, menciona-se o “seu esposo”, que a fez rainha, aludindo ao fato explícito no verso de Camões.

Óbvio é que Anchieta não se aprofunda na temática, afinal ele apenas retoma o que lhe interessa da história; apropria-se dela para poder representar a figura da “Santa Inês” e seguir com sua catequização.

Consideração final

Diante do exposto, vale observar que, primeiramente, toda essa interpretação só é possível a partir do momento em que Camões e José de Anchieta se apropriam da história de Inês de Castro. Em seguida, há de se notar a importância da representação que essa apropriação passa a ter na sociedade e no tempo em que se inserem.

Em Camões, a estrutura e a construção da narrativa, em versos decassílabos e em oitava rima, direcionam o vate português sobre “o que fazer” com o que se sabe acerca do acontecimento histórico envolvendo o rei Dom Pedro I e Inês de Castro. Isso resulta não só na representação do episódio lírico dramático da epopeia camoniana, que ganhará o mundo e será retomada até os dias de hoje, mas também numa construção em que Dom Pedro – protagonista da crônica, obviamente por ser o rei e a História da época ocupar-se deles – passa seu posto de destaque a Inês, que inclusive ganha uma voz retórica quando “argumenta” para que Dom Afonso não a mate perante muitos, em especial, seus filhos.

Em seguida, José de Anchieta também se apropria do que lhe é necessário para construção de seu texto e sua finalidade – catequização indígena. No entanto, agora Inês é elevada a Santa, e continua sendo o centro da “narrativa”. Novamente, apropria-se da narrativa, - não podemos afirmar se de Camões também – para construir um poema que remete aos tempos medievais europeus (Trovadorismo) em sua estrutura, embora represente o momento da catequização, no qual, por meio de canções simples, poemas, encenações teatrais, buscava-se catequizar o índio brasileiro.

Chegamos, então, aos nossos dias, ou melhor, chega a nossos dias a expressão, como um dito popular: “Agora Inês é morta”. Dos que conhecem e ainda utilizam tal frase, no dia a dia deste século XXI, muitos não sabem sua origem. Entendem como “algo que não adianta mais”, coloquialmente: “agora já foi” ou “agora já era”, dependendo da região, mas desconhecem “quem é essa Inês”. Ou

seja, as pessoas se apropriam da frase que foi sendo proferida e aprendida e, hoje, sua representação é o que acabamos de apontar. Há quem ainda conheça a história, que a relate a outros, abrindo possibilidades de interpretação e ampliando os horizontes do conhecimento, mas esses estão, cada vez mais, em número reduzido.

De fato, como observamos, ao se utilizarem da história que envolve Inês de Castro, ou seja, ao fazerem esse “consumo cultural”, Camões, Anchieta e as pessoas na sociedade atual alteram o significado dado pela história, por Fernão Lopes, ampliando-o: do fato histórico, passando pela voz retórica do episódio camoniano e pela santa de Anchieta, até chegar a uma expressão “popular”. Ratifica também a ideia de que “mais do que um trabalho interdisciplinar — que supõe sempre uma identidade estável e distinta entre as disciplinas que firmam aliança —, é antes um recorte inédito do objeto que está proposto” (CHARTIER, 1991, p. 179), afinal não podemos negar que o modo como cada um dos escritores aqui mencionados fez uso da História, foi inédito.

Assim, tais apropriações comprovam a afirmação de Chartier (1988) de que uma abordagem reducionista, em que se toma o texto apenas por seu conteúdo semântico, “como se existisse fora dos objetos que o oferecem à decifração – o leitor – (...) como se as práticas através das quais ele se apropria do texto não fossem histórica e socialmente variáveis” (CHARTIER, 1988, p.25), ou seja, é preciso considerar o leitor da obra primeira, no caso Camões e Anchieta, bem como o contexto em que produziram suas obras para entendermos e vislumbrarmos todo o significado que têm suas composições, que extrapolam evidentemente o “conteúdo semântico”. Isso deixa evidente, portanto, que o texto não é independente, uma vez que não é possível “postular que as ideias ou formas têm um sentido intrínseco, totalmente independente da sua apropriação por um sujeito ou por um grupo de sujeitos” (CHARTIER, 1988, p.58) - o que fica claro na apropriação dos escritores aqui trabalhados, um português e um brasileiro, séculos depois da composição de Fernão Lopes, dando ao texto deste novo significado, de acordo com o contexto e com inegável ineditismo, representando momentos e espaços diferentes.

Quanto à atualidade, os que conhecem esse percurso, ou ainda a história de Inês, são privilegiados por compreender veementemente o significado de “Agora Inês é morta”. Aos muitos que infelizmente não o sabem, apraz fazê-los saber.

Referências

- ANCHIETA, José de. A Santa Inês. In.: ANCHIETA, José de. *Poesia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1977. p. 28-29.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Organizado por Emanuel Paulo Ramos. 4. ed. Porto: Ed. Porto, 1982.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Trad. Andrea Daher e Zenir Campos Reis In: Estudos avançados. 1991.
- _____. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988
- FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1966
- LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Pedro I*. Lisboa: Comércio de Portugal, 1895.
- PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu. In.: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005. p. 1 - 5.
- PEREIRA, José Carlos Seabra. Inês de Castro. In. SILVA, Vitor Aguiar e. (coord). *Dicionário de Luís de Camões*. São Paulo: Leya, 2011. p 444 – 449.
- SARAIVA, António José, LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto (Portugal): Porto, 2001.

